

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

NO VASTO PANORAMA DA TRADIÇÃO HISTÓRICA DE GUIMARÃES. UMA CENTÚRIA DE LABOR COMERCIAL NA MESMA FAMÍLIA.

ALMEIDA, Eduardo de

Ano: 1943 | Número: 53

Como citar este documento:

ALMEIDA, Eduardo de, No vasto panorama da tradição histórica de Guimarães. Uma centúria de labor comercial na mesma família. *Revista de Guimarães*, 53 (1-2) Jan.-Jun. 1943, p. 117-151.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

No vasto panorama da tradição histórica de Guimarães -- uma centúria de labor comercial na mesma família

(Cont. do vol. LII, pág. 268)

Nesse mesmo ano de 1813, Custódio José Fernandes Guimarães associava-se com Joaquim José de Azevedo Machado, sob a firma Fernandes & Azevedo, primeira nomeação da *Casa dos Cereiros*, à Porta da Vila (nome pelo qual ainda hoje quasi tôda a gente invariavelmente designa a subida do Toural para o Terreiro da Misericórdia), que se conservou até agora na honesta Família dos Machados. Eis a declaração, lançada em livro ⁽²³⁾:

Em dezanove de Maio de mil oitocentos e trinta e nove rematei eu Custodio Jozé Fernandes Guimarães todos os generos do Negocio que foi do falecido Jozé Martins da Costa Mendes, avaliados na soma de Dous Contos setenta e sete mil e quinhentos, quantia esta com que pelo prezente termo, se fica intendendo a minha entrada para a sociedade que tenho com Joaquim Jozé de Azevedo Machado. E para devida intelligencia, assignamos ambos este assento que terá toda a fé e validade. Guimarães Vinte e nove de Maio de Mil oito centos trinta e nove.

(a) Custodio Jozé Fernz Guim.^{es}

(a) Joaquim Jozé de Az.^{do} Machado

E a seguir:

Na data supra entrei eu Custodio Jozé Fernandes Guimarães, para a referida Sociedade com a soma de

Vinte oito mil oitocentos reis, que fica sendo fundo do Negocio, e para a devida intelligencia assignamos o prezente que terá toda a fé e validade. Guimaraens data ut supra.

(as mesmas assinaturas)

Noutro lançamento, consigna-se que, em 27 de Maio, Joaquim José de Azevedo Machado entrara igualmente para fundo da sociedade com 28\$800 réis.

Aquele Mendes, de quem Fernandes & Azevedo tomaram o negócio, exercia-o já de cerieiro, pelo que tal ramo é longamente tradicional no mesmo sítio. No «Livro dos Assentos dos confrades da Confraria do Menino Deos da freguesia de S. Paio», a fls. 133 v., está lançado o «termo de aceitação dos Irmãos José António Mendes, Cerieiro, à Porta da Vila, e sua mulher Maria José de Sousa», a 2 de Setembro de 1810, que deram de entrada 2\$050 réis, e cem réis para o Campeiro.

Arremataram os sócios várias utilidades para o estabelecimento, na importância de 42\$315 réis, como: «temperas de ferro, corda e colher da cera, lampião da loja, cofre (2\$600 réis), taboleiro da cera, táboa e plainas, fieira e duas carrelas de fazer rôlo, tachos e baquetas da cera, e escrivaninha (5\$000 réis)».

Outro volume de escrituração comercial. De 1832, agora. E' o

Libro 8.º que hade servir
para nelle se Carregar todos
os dinheiros que se emprestão
egualmente p.ª se carregar todos
os dinheiros que não pertencem
a caza e teve seu principio
em Outubro de 1832 = e he de
Viuva Castro & Filho

Esta firma é uma das várias que foram dadas à casa — hoje denominada de Manuel Pinheiro Guimarães & C.ª, Sucrs. —, cuja data precisa de fundação não foi possível rigorosamente avaliar, mas que se verifica

existir já em Janeiro de 1798, em nome de José de Castro Sampaio; sua Viúva, D. Maria Rita de Castro, associada com o filho, João de Castro Sampaio, constituirá naquele ano a sociedade. Era já antiga a casa, como se depreende logicamente de ser aquele o oitavo livro de tais assentamentos. Na verdade, muito curiosos, mealheiro de impressões do tempo no esfiar da vida, por vezes bisbilhotiçando como anedocticamente o portas-a-dentro de certas figuras, e os sulcos e laivos da agitação política. Vou apontar alguns, mais chamadinhos à atenção paciente.

Ao percorrê-los avulta logo o bem afreguesado, que nos dá o conceito do sólido fundamento e categoria do estabelecimento: entre clientes figuram nomes de pessoas gradas — Henrique Navarro de Andrade, das Molianas, da conhecida, nobre e letrada estirpe dos Navarros de Andrade, que serviu já ao meu querido e prestante amigo Francisco Martins para precioso e meditado estudo; Manuel Baptista Sampaio, D. Pedro Jorge de Lencastre, João de Melo Pereira Sampaio, António Leite de Castro — de Cramarinhos, José Pinto Coelho Guedes, D. Joaquina de Freitas Melo e Castro e Diogo de Freitas Melo e Castro — de S. Dâmaso, Pedro de Sousa Guedes Aguiar, Dr. José Bento de Magalhães — da Rapozeira, Dr. Bernardo José Pereira Leite — de Cabeceiras de Basto, João Machado Pindela, Visconde de Azenha e o Major do Arco, o Cidade, Abades, Reitores, Frades, na vanguarda processional da gente vária do negócio, da oficina, da lavoura...

Era negócio de mercador, de que devia ter seu armazém bem preparado e enchumacado — panos da Covilhã (transacções efectuadas sobretudo com um tal António Alves); jardos e palmilhas de Moimenta; cobrejões, saragoças e panos finos de Manteigas, da Vila de Seia, S. Romão, Pinhanços (as baetas de Pinhanços e os panos de linho), Alvoco da Serra, Loriga, Moimenta da Serra, Santa Comba da Serra (as saragoças), Santa Marinha da Serra (as saragoças), as sarges de seda dobrada de Bragança; as estamenhas, buréis, negrilhos e mantas, compradas nas feiras, a que sempre mandavam um empregado (e o foi da casa, e nessa escola se educou e fêz homem aquele honrado António José Vieira da Costa), de Santa Luzia, em Olela de Basto,

da Lixa, a do S. Miguel (as mantas), a do S. Martinho (os cobertores), as de Vizeu e Évora; os sarjões — de risca preta, azul ferrete, azul com fio amarelo; as pelúcias e os duraques; os jardos de entremeio; os panos catrazenos e o pano azul de ourela de côr; o pano espanhol e o pano inglês; as saragoças de casa e as saragoças baixas; as palmilhas cambexe caseiras; as toalhas (toalhas grandes de 3 varas), toalhetes e guardanapos; os linhos — os nossos linhos de Guimarães e os de fora —, os panos de linho, até à linha de 1 fio; e os cobertores — grandes massas enormes de cobertores do João Galego, do Lobo, do Garcia...

Para quem andar transido de frio, bastará emantar-se neste aquecedor lançamento:

1832	Lembrança dos Cobertores q se comprarão		
9br.º 10	a João Galego Hespanhol =		
	1 Manta Riscada		1\$080
Custal	1 de Geraldo N. 8		1\$340
N 6	2 de Mz 9	1520	3\$040
	2 de Maçar 9	1480	2\$960
	3 de Gregoria 9	1480	4\$400
	1 de Garcia 10	1740	1\$740
	2 de Romão grandes	2200	4\$400
	2 vermeilhas 1840 2000		3\$840
	2 de Simão grandes	2220	4\$440
	2 de Gregoria grandes	1940	3\$880
	2 de Maria N 10	1800	3\$600
	2 de Gregoria 10	1740	3\$480
	<u>22</u>		<u>38\$240</u>

Mas é que havia mais três costais — o 5, com 23 cobertores — 40\$040; o 9, com 21 — 38\$920; e o 10, com 21 — 23\$480, ou sejam 155\$080, além de que, pelos 3 cobertores maiores, deram de comissão ao João Galego — 400 réis. E, logo a seguir, a nota de mais cobrejões. A questão é que tôda a gente da Vila e das aldeias tivesse dinheiro, porque lá de agasalhos havia farturinha: só da Feira do S. Martinho vinha um rôr de costais! Com direcção empreendedora e já certo fariscar da vida comercial rasgada, saliente característica da casa, sob êste aspecto do mercador, se tornou a das suas transacções lá fora, donde, como vimos,

importava diversos géneros do próprio ramo, aqui necessários e úteis, processo seguro de manter a permuta com outros géneros, aqui produzidos e lá precisos e carecidos. Assim nos aparecem transacções com Pôrto, Lisboa, Braga, Vila Real, Évora, Vizeu, Vila Nova da Cerveira, Fafe, Covilhã, Bragança, Man-teigas, Moimenta da Beira e Moimenta da Serra e várias outras mais pequenas localidades, devendo notar-se, como de mais clara importância, que não esporádicas, mas sim entretidas com persistente con-tinuidade, como fazendo parte integrante do plano corrente e observado.

Certo lançamento, em Maio de 33 — «Lembrança das fazendas que nos vierão de Lisboa — panos azuis, e pretos, casemiras, duraque de labor e com fio côr de alecrim, durantes, olandas inglesas e de Hamburgo», é da importância, na verdade importante, de 2.302\$412. Pouco depois, e da mesma proveniência:

1833	O Caixeiro da Caza Antonio Jozé Vieira		
Junho =	da Costa	Havera	
24	P. 50 Pessas de gangas azuis da India		
N. B. esta quan-	q mandou vir de Lisboa	a 1620 Lix	81\$000
tia emtrou	P. 36 Varas de Renda a marella — d'		
no Balanço	ouro falço larga	Lix a 200	7\$200
como dinh.ro	30 d' D. ^a istreita	Lix a 120	3\$600
de 1833			<u>91\$800</u>

O livro está recheado de tais lançamentos:

1833	O Snr. Matheus Joze de Freitas da Cid. ^e		
M. ^o 3	do Porto	Havera	
	P. 5 Maços de gangas da India		
	azuis	— L 7675	L = 38\$375
	Idem Carreto das m. ^{mas} em m ^{tal}	M.	1\$100
			<u>39\$475</u>

No Pôrto, principalmente, entramavam seus negó-cios com a acreditada firma Monteiro & Leão, e por ela desenvolviam operações de vulto e a miudo repe-tidas, em vários sectores da sua actividade social, e não só directamente mas, por intermédio dessa, com outras casas comerciais e particulares da mesma Cidade, coisa

de não pouca monta, e que devia ser de especial interesse e alcance, em época de tão agitadas convulsões civis.

Se estas demandas para além do Termo — do velho, amplo, solarengo e laborioso âmbito do Termo de Guimarães, que sucessivos recortes em novas divisões administrativas, no encalço e pró das lutas internas, iriam apoucando té quasi a nossa actual modesta configuração —, pujavam a rotina timorata e acomodaticia do balcão e da loja, com o Santo Antoninho onde te porei naquelas tropelias de malhadas e caceteiros — com o cêrco do Pôrto, o D. Miguel em Braga, as sortidas do Saldanha, a batalha naval do Cabo de S. Vicente, a chegada ao Tejo de D. Maria II, os Decretos de Mousinho, a abolição parcial dos Morgados e dos direitos feudais, a abolição das dízimas e dos bens da coroa —, em contraste com a não apagada tradição do génio industrial e comercial da grei, de rasgada e visível iniciativa e propenso a comunicar-se com outros mercados, ainda no fundo incontaminado à alastrante peçonha política, uma das mais terríveis e mortíferas epidemias que nos dizimaram carâcteres, muito mais sobressafam pelos métodos adoptados em sua consecução. De facto e jeito que se não limitavam a mandar vir o mercadejável — iam ver, apalpar, orientar-se, pulsar as artérias da nossa actividade económica. Lá estavam nas feiras, que eram Feiras, marcadas no Calendário, as típicas, regionais, sumamente propensas ao acomôdo de permutas e relações de interesse mútuo — em Braga e Vila Real, em Coimbra, em Vizeu, em Évora... E já por certo, como hoje se dá com «os viajantes», caixeiros da casa andavam nessa faina. Lá ia um à Feira de S. Miguel, a das mantas, dos «avantais», das estamenhas e dos negrilhos. Nesse ano de 33, a que me venho a referir com a leitura da escrita, compraram daqueles artigos 415\$700 réis. Diz o livro, a seguir:

Levei din.º de caza p.ª a feira	192\$000	
Idem q. pedi lá	30\$000	
Idem q. levei p.ª despesas	— 2\$880	224\$880
		004\$470

3 pesas q. faltarão nos abantais	1800	<u>5\$400</u>
		1\$070

Dinr.º que sobra a Maior do que lá Recebi dos Alfaiates o q. eu aqui entriguei		<u>1\$475</u>
		2\$545

Esta conta he fora a despeza q. se lá fez eu, e Macho 7 dias.

Deve notar-se que o empregado entregara em fazendas compradas 220\$410 réis. Aqueles três aventais, que faltavam, foram pagos a maior, na feira de Basto, a um Domingos de Oliveira *Cazulneiro*, de Bragança, lugar do Outeiro, que por êles é debitado, logo, no assento pôsto adiante, em 5\$00. Contas são contas.

Essas «idas fora» serviam também para outra espécie de negócios, a que a firma se dedicava, e em grande escala, sendo, muito provavelmente, a primeira, ou mais avantajada, nesse género, então, em Guimarães, raiz, fomentadora e propulsora de instituições que, mais tarde, se fundaram. Mostrarei um exemplo:

1838	Lebo p. ^a Bragança	Papel moeda	2:000\$000
9bro 30	D.º p. ^a Despezas		12\$000
Dezb.º	Vendi ao Snr. Jozé Antonio de Castro Pereira de Bragança	Papel moeda	
		2:000\$000 a 22	1:560\$000
	R.ce 1688 Pezos a 935	1:559\$580	
	Ex.te em dr.º Portuguez	\$420	<u>1:560\$000</u>
			0:000\$000
	Lebei p. ^a despesas	12\$000	
	R.ce do S. ^r Sisenando, q. pedi	<u>4\$800</u>	
		16\$800	
	Abonno 8 arrobas de figo e paças : custo e carr. ^{to}	5\$920	
	Entreguei de sobras	1\$620	7\$540
		Despezas	<u>9\$260</u>
			14\$660

1565 dos pesos comprados renderam, vendidos, 1,395\$898.

A casa, sob êste novo aspecto, dedica-se a operações (compra e venda) de moeda estrangeira:

	Barcelos		
1832	D. ^e O Snr. Pedro Barrozo		
9b. ^{ro} 25	Dinr. ^o em ouro Espanhol 444 pezos a 940		421\$800
	Recebi em metal		144\$400
		De.ve p.g.	277\$200

*

	D. ^e o Snr. Cardozo & Abreu	Negoci	
	ante da Cid. ^e do Porto		
Porto	De Dinheiro q Recebeo seu Caixeiro em		
B. ^{or} 1. ^o	Valença	Pezos 596	
= 31	Idem p. outra vez	364 p.g.	\$960

Mais adiante: "Produto de 8 Patacas Mexicanas — 6\$030". Outro:

	Guim. ^{es} 1 de Dezembro de 1835		
	Levamos de caza para o Por-		
	to em Suberanos	519\$120	
	em Prata	32\$260	
	1 Nota	19\$200	
	Dinr. ^o em ouro	\$800	
	Dinr. ^o Brasileiro	\$480	571\$860

Lança-se como devendo Agostinho Vicente Ferreira de Castro, por 4 soberanos, moeda inglesa: 24\$720; que se venderam a Joaquim Fernandes Peixoto, de S. Bartolomeu da Esperança — 58 onças espanholas a 13\$500: 783\$000; 50 peças a 7\$500: 375\$000, ou sejam: 1.558\$000, e, ao mesmo, pouco depois, mais 59 onças espanholas a 1\$300 ou em M. 767\$000...

Como verdadeira casa bancária, e, voltamos a dizer, a primeira, por certo, rigorosamente organizada em Guimarães — motivo suficiente a prender-nos a atenção —, descontava, tomava letras e procedia à sua cobrança. Alguns lançamentos:

1833	Remetemos ao Snr. João Dias de Castro	
Lisboa	huma letra da quantia p. ^a nos Receber	968\$00
Jan. ^{ro}	Esta letra he passada p. Joze Ant. ^o Roiz	
25	de Valença do Minho p. ^a a d. ^a Cid. ^e	

N. B. paga a 15 dias precizos Sobre o Paredes da Rua dos Fancueiros

E aqui temos agora o Cidade, o célebre Cidade:

1834	Recebemos do Cidade o emporte de huma	
Novembro	letra do S. ^r J. ^c Joaquim Frz. de Braga	
21	passada p. ^r Fran. ^{co} Ventura o Dezemganado : proprio da letra	Lei
	D. a 20 p. ^r Cento	580\$165
		<u>58\$160</u>
		Metal 522\$149
	R. ^{cos} em prata	472\$149
	em cobre	<u>50\$000</u>
		522\$149

*

1835	Recebemos do Cidade o emporte de huma	
Feberreiro	letra do snr. Joze Joaquim Fernandes de	
18	Braga passada por Fran. ^{co} Ventura, o Dezemganado sobre hum de S. Torquato	
	Proprio da letra Lei	580\$165
	Descontada a 20 pr. 100	<u>58\$015</u>
	— R. ^{cos} —	Rs. M. 522\$150
	Prata —	416\$650
	Suberanos —	45\$320
	Pezos a 870 —	12\$180
	Cobre —	<u>50\$000</u>
		522\$150

De outro lançamento se verifica que, por intermédio da casa, Henrique Navarro de Andrade descontou letras no Pôrto a 36, 24, 12 e 4 meses. E estas operações vinham já desde 1832, pelo menos:

1832	Remetemos p. ^a Bragança por via	
9b. ^{ro} 30	do S. ^r João d' Mattos Ver.do	
	hua letra que seu produto pertence a João Joze d'Almeida	
	d' Braga — da quantia	Papel 190\$000
		M. 150\$000
	Seguro da Letra 240	p-g.
	Seguro e porte	
	do din. ^o , e Cartas 4060	p-g.

Ora, como andavam pelas feiras, encarregavam-se da cobrança, então, de letras aí vencidas, ou da cobrança de dívidas, e ainda de entregas de dinheiro, para tal ocasião e em tal lugar ajustadas.

Ainda casa bancária, tinha depósitos, o próprio título do livro, que esmiuçámos, o indica notòriamente. Vou mostrar certa modalidade curiosa de dinheiro a prazo, em que a letra faz as vezes de promissória :

1833 Julho 6 =	Temos a pagar uma letra ao Sr. Manoel Joze Fernandes e Filho O Cidade da Rua nova da quantia de din. ^o em papel a pagar em 3 d'Outubro de 1833 O mesmo Sr. Havera —	1:028\$400
8bro. 3	P. importe de Outra igual quantia pr. outra letra a vencer-se em 31 de Outubro de 1833 Recebeo em Dez. ^{bro} 31 de 1833	1:028\$400 200\$000
Dezbr. ^o 31	— Desta quantia teve Reforma por outro igual tempo a pagar-se no dia 30 d' M. ^{so} de 1834	
1834 M. ^{so} 3	Recebeo por conta desta letra Recebeo este dinr. ^o em 26 de M. ^{so} de 1834	p.ei <hr/> 100\$000 728\$400

Havia, porém, o depósito vulgar, à confiança, as mais das vezes feito já no intuito da liquidação de certas despesas e encargos. Para alguns, naqueles agitados tempos, era o modo mais presumivelmente seguro de esconderem o dinheiro contra assaltos ou investidas. Mas quem se acreditava suficientemente garantido contra surpresas?

1834 Jan. ^{ro} 19	Temos em nosso poder pertencente ao S. ^r Joaq. ^m Frs. ^{co} Peixoto de S. Bartolo- meu da Esperança a Saber	
	Barras de prata inteiras	50
	Enxertadas	1
fls. 145	Onças de ouro	63
	Pessas D. ^{as}	76
	Moedas de 4\$ D. ^{as}	361

E passamos lhe huma clareza para se lhe entregar este dinr.^o e Barras salvo o caso de sermos roubados por cauza de chóques politicos.

Correntemente, o lançamento era mais simples :

1833	Temos em nosso poder do Snr. Joze Pe-	
8br. ^o	reira da C. ^c do Porto o dinr. ^o seguinte —	
	Din. ^o em m. ^{al} que se Recebeo de Barcelos	
	do Snr. Manoel Antonio da S. ^a Per. ^a	1:190\$000
	Dinr. ^o que ca tinha	<u>100\$000</u>
		1:290\$000

Giravam as peças de 7\$500: José Martins da Costa, da Porta da Vila, para satisfazer o pagamento de 750\$000 réis em metal, que devia, mandou 100 peças de 7\$500 e 50\$000 em papel moeda. A grande, a nítida e cortante distinção era entre o dinheiro metal e o dinheiro papel. Tomava-se sempre nota se o recebido era em papel ou em moeda, para se fazer o pagamento correspondente.

A D. Maria Teodora, de Vila Boa, Joane, tinha um depósito, de certo dinheiro que se cobrara; pois lá está explicado — «Papel — 183\$600; Metal — 184\$415». Caía o ágio da lei, que chegara a 26 por cento, e, maior ainda, sôbre muito dinheiro, sobretudo em papel, recaía a grande e aliás apreensiva desconfiança de que era falso, ou como falso viria a ser taxado na próxima e sempre iminente reviravolta política. Em Agosto de 1832, quando o Major do Arco foi pagar 2\$400 de dinheiro em papel, com o desconto de 23 por cento — 550, pagou em metal 1\$850.

Neste ano de 32, um Joaquim de Castro e Silva esteve prêso na Covilhã e em Lamego. Como tinha negócios com a casa, esta abonou-lhe o dinheiro preciso — e mandava-lhe 4\$800 de mesada; ao Procurador, para tratar do seu livramento, enviou 17\$000, dos quais o hominho despendeu 6\$100 «e o mais gastou-o em outros negócios como se há-de ver» — diz o livro e é fácil de acreditar, mesmo sem curarmos de saber quais outros negócios fôsssem... E, a propósito de mesadas, indicarei outras curiosas: a do estudante de Crama-

rinhos e a do Frade da Costa. A uma e outra se referem vários lançamentos.

Antes, porém, de me referir a êsses, deixem-me só anotar de passagem alguns respigos, que mais impressionam a atenção. Até a Imprensa aqui tem a sua vez: era por intermédio desta casa comercial que se abria e cobrava a assinatura do *Periódico dos Pobres*, a qual importava por trimestre em 1\$200 (lançamentos de fls. 102, 103, 108, 122 v., 126, 140 v.); outros se referem ao *Artilheiro* (fls. 143 v.). Agora, é o «Sr. J.º de Oliveira Brasileiro m.ºr em Fafe», que pede 20\$00 por conta de uma letra de 1.600\$000 sôbre o Pôrto, manda ir uma calçadeira \$120 (estamos a ouvir o grande *Camilo*...), pede mais 350\$000 «de q. nos passa cautela», e, quando paga os 370\$000 fica... a dever a calçadeira! Outro cavalheiro compra para a Mana 2\$640 de Papel de Música, 1 chapéu de palhinha — 3\$60, com a guarnição — 2\$510 e mais outra para o chapéu de veludo da Mãezinha — 3\$540, e paga 120 do concerto do chapéu do Mano: boa pessoa, como se vê, e até guloso pois leva «as primeiras hortaliças que vieram» por 1\$910... Andavam em moda as bocetas de ameixa das Freiras Dominicás, a \$480; e as de toucinho do céu, a \$840, como as de figo de doce — \$600 e de murcela — \$720. Por um casco de aguardente de Lamaçais deram 29\$000, por 1 bacalhau da consoada... \$220!... E não admira assim que o rapé se comprasse ao arrátel por 1\$000! (Para êste efeito havia lenço próprio; os outros, os de «assoar» — 120 réis e um par de luvas — 140 réis).

O Frade era um Frade da Costa, o magnífico Convento que nasceu de um voto de piedade e teve a erguê-lo a mais linda inspiração de gôsto e arte. Agora, como tantos, o Frade era apenas um Egresso, e que recebia prestações, em prata, cobre e papel, de certo morador da Rua do Souto, em Braga, além de várias outras pensões, neste livro registadas.

Aparecem, na verdade, lançamentos evocadores, relativos «a hum estudante de Coimbra», feitos por ordem de António Leite Cramarinhos, e nos quais também aparece designado o dr. António Leite de Castro, pai do illustre Domingos Leite de Castro — um dos fundadores da *Sociedade Martins Sarmiento* —, de

quem suponho tratar-se. Mas o retrato... financeiro do Estudante de Coimbra dêsse tempo, já remoto e afinal tão próximo, está fotografado neste outro pequeno, e talvez ainda mais curioso "*Livro de minhas lembranças particulares. Guim.ªs, 16 de Novembro de 1846*" (24), pertencente à mesma família:

1847	D.º meu Irmão Luis de Castro	
Set.º 30	Mesada q.º levou	9\$600
	Dinr.º q.º levou p.ª matricula	12\$000
	mais p.ª despesas	4\$500
	Aluguel da Besta do Porto	
	p.ª Coimbra	41\$080
	Ao moço q.º o acompanhou	
	daqui ao Porto	\$400
	P.ª livros	7\$000
	Mesadas Outr.º Nbr.º Dezr.º	22\$800

Tais lançamentos, que já vinham naturalmente do ano anterior (pois a conta abre com um saldo de 570\$435, e indicam-se as fôlhas de outro livro, onde se escrituravam as verbas), repetem-se nos anos de 48, 49, 50 e 51, e encerram-se, em Maio dêste ano, pela remessa de 9\$600 para a jornada, com a soma de 1.245\$505, preço muito possivelmente da formatura, e que o moço honradamente pagou ao haver a sua legítima paterna, em Junho de 1858. Eu não posso, não podemos — creio bem, fazer exacta idéia do que o dinheiro valia então, pois em minha própria vida lhe conheci tantos valores que nem me recordo do que tinha quando passei em Coimbra — mas o que se me não apagou da lembrança é de que na mesada, mais do que na sebenta, residia a estrutura vital do estudante, até mesmo daquele que por seu trabalho próprio havia de granjeá-la a estudar para si e para ensinar os outros...

Com êsse lançamento... saudável... encerro a digressão por êste cemitério de algarismos, almas penadas das horas que, nesta hora, adejaram em vida luminosa perante o nosso coração, trazendo-nos à memória dêle o coração dos nossos antepassados.

Acurvados sôbre estas páginas, amarelidas como as fôlhas sêcas dos ramos funerários, umas e outras evocadoras de vidas que se viveram, apagaram e espersaram na fria cinza da morte, e cujo interêsse de pesquisa está como no ressurgir em desfile panorâmico figuras e costumes de anos passados, a que os nossos se prendem como o sangue nas veias de pais a filhos, assim acurvados e entretidos — mal entretidos, por eu não saber fazer melhor — não vimos a carreira vertiginosa dos anos e dos tão vários acontecimentos que os sulcaram de lágrimas doridas e alegrias efêmeras, do estrondear de balas assassinas e gargalhadas em fogo sarcástico, tanto sobressalto e amargura, verdadeiro rosário de torturas infinitas, com raros salvês de tranqüila doçura repousante, que caracterizaram quasi tôda a primeira metade do século anterior ao nosso — a cujo decorrer, também, não menos ansiosamente assistimos e sofremos. Uma como luminosa e bendita quietude de paz no amor, no trabalho, na família, na honestidade do homem e da terra nos envolvia e como fazia pulsar rítmico e sereno o sangue de nosso coração ao sangue dos corações, de onde o herdamos, com nosso nome, nossos deveres, nossa vizinhança e amizade...

Quando o desalento me oprime mais forte e deixa cair mais fundo o espírito, já tão magoado e lasso de viver, deixo transportar meu pensamento, nessa ou noutras horas de agonias morais, aos meus primeiros anos da vida, e, descendo da já demolida igreja alpendrada de S. Sebastião as poídas lajes da Caldeiroa, onde ouço ainda soar as bigornas e o guisalhar dos machos de carga, entro nas salas modestas e severas, ah! tão risonhas e agasalhadas de enternecido, indefenido, adormecente confôrto!, daquela casa familiar, na qual ainda conheci, e me lembro bem de a sentir estreitar-me em seus braços de moribunda, uma das minhas avôzinhas queridas. Então, cerrando os olhos nessa teimosa nèvoinha de saúde infinita — infinita porque é de todo o tamanho da nossa vida —, o ar

da casa, com o seu perdurável influxo de honradez modelar, da mais intensa, íntima, profunda, maravilhosa e milagrosa — ¿ por que não? — dedicação, e de labor contínuo, me vai direito e certo ao coração, e o desprende e liberta. Sorrio à miséria das grandes inquietações pequeninas e suporte, resignado, impertinências e dores cruas: é que da vida morta vem-me *outro sentido da vida*, e dessa, que infelizmente se extinguiu, conservo e guardo intacta e pura a sua lição como evangélica. Foi ali que eu aprendi a conhecer, e bem de perto, o que era a indústria e o comércio desta nossa laboriosa terra, e pude avaliar como, em sua essência, se fundava no carácter, pois ser *homem de bem às direitas* era o primeiro e indispensável requisito do verdadeiro trabalhador e cidadão vimaranense. Honremos a memória de nossos honrados Avós.

NOTAS

(1) Martins Sarmiento: *Os Argonautas* (Subsídios para a antiga História do Ocidente), Pôrto, 1887, cap. XI e XII; *Ora Marítima* (Estudo dêste poema de *Festus Avienus* na parte respectiva às castas ocidentais da Europa), 2.^a ed., Pôrto, 1896, parte etnográfica; *Lusitanos, Ligures e Celtas*, ed. de 1893.

Alberto Sampaio: *As Vilas do Norte de Portugal*, cap. II, in «Estudos Históricos e Económicos», Pôrto, Livraria Chardron, 1923, vol. L.

Mário Cardoso: *Citânia e Sabroso*, Guimarães, 1938, 2.^a ed.; *Citânia de Briteiros* (Alguns aspectos etnográficos e sociais da nossa Proto-História), Guimarães, 1939.

(2) Martins Sarmiento: *A Arte Mycenica no Noroeste de Espanha*, «Portugália», tómo I, fasc. 1.^o.

(3) Alfredo Pimenta: *História*, 1.^a parte de «Guimarães — 1128 — Câmara Municipal de Guimarães, 1940», publicação comemorativa das Festas Centenárias da Fundação de Portugal.

(4) Agostinho de Campos: *As Pedras falam* (Portugal visto de Guimarães) — Conferência proferida na Sociedade Martins Sarmiento em 26 de Novembro de 1927 — Guimarães, 1928.

(5) Alfredo Guimarães: *Guimarães* (Guia de Turismo), Câmara Municipal de Guimarães, 1940; *Arte*, 2.^a parte de «Gui-

marães — 1128 — Câmara Municipal de Guimarães, 1940», publicação comemorativa das Festas Centenárias da Fundação de Portugal.

(6) *Romagem dos Séculos*, Guimarães, 1923.

(7) Primeiras palavras de uma conferência proferida no dia 18 de Abril de 1925, na Associação Comercial e Industrial de Guimarães :

«Entre desdenhoso e inquieto com o tórvo espectáculo de nossos desvaírados tempos, dizia um dos mais profundos investigadores da nossa antiga vida municipal que, de confrangida, a alma instintivamente se recolhe ao passado. Não é só o comovido encanto dessa peregrinação saudável que nos levou a tirar dos apontamentos algumas páginas de história interessante e porventura desconhecida, porque somos dos que esperam e crêem ainda e sempre ; mas o desejo de que em outros mais competentes se vá animando o amor à tarefa inglória mas utilíssima de ir carreando materiais para um dos aspectos de maior ensinamento e utilidade na reconstrução e seqüência da nossa vida através os séculos.

Há quatrocentos anos, pelo mês de Abril de 1525, de Vila-do-Conde, em que o Ave, descendo da Cabreira a preguiçar em mansas claridades, emigra abraçado ao mar, seguia rumo para Tenerife da Canária, encréspe de lava entre as aguas atlânticas, na vizinhança dos desertos africanos, o *Bretão*, de Bento Luís, morador em Azurara, quando, ao velejar perto das Berlengas, em frente ao Carvoeiro: «foy o dito nauyo tomado per huua nao de bretões moradores e diepa darmada del Rej. de frança seus vasallos», conhecida por «abreela e era da companhia de Johan flory». No cruzeiro, que a pirataria assaltara, navegavam, à conta de negócios, três artífices, um ourives e sete mercadores vimaranenses. Ficaram despojados não só de tôdas as mercadorias da terra, ou por seu intermédio exportadas, que levavam a vender e cujo produto retornavam em diversos gêneros, mas ainda das próprias arcas de camisas, vestidos e atavios de uso pessoal, a cama de roupa, o dinheiro e os mantimentos. Somara o roubo para êsse tempo avultada quantia em panos de linho e de estôpa, *panos de couilhã*, *beatilhas* de linho e algodão, mantas, varas de leiteiro, *sombreiros*, *negalhos* e meadas de linhas, pedaços de burel, toalhas largas e toainas de mão, linho grosso, roupa de linho feita, mantéus, ironhas para travesseiros, espadas guarnecidas e punhais, coiro, calçado e marçanaria.

Alguns conneciam já estas desaventuras do tráfego marítimo, outros encorajaram-se sofrendo-as, que sempre entraram a adversidade e o risco na têmpera da energia. A Francisco Aines, por exemplo, mercador e morador em Guimarães, indo em um navio de Pantaleão Alvares Landino, de Vila-do-Conde, entre Tenerife e a Palma, em Maio do ano anterior (1524) haviam-lhe tomado outras naus dois fardos de leiteiro ; no mês de Setembro seguinte, partindo de Tenerife para a Flandres mas ajuntando-se, na linha da Madeira, a uma conserva de navios que de Viana saíra ao mesmo destino, lhe roubaram, à sua parte, um galeão e quatro naus de franceses, de que era capitão — «*ho mão seor de belavila*» —, 260 arrobas de açúcar que trazia carregadas e vaiam então em Flandres 260.000 réis ;

no assalto do *Bretão* perdeu 1.700 varas de linho e estopa (54.000 réis), 4.000 *negalhos* de linhas (4.000 réis), 150 *beatilhas* de linho (6.000 réis), 50 varas de burel (2.000 réis) e 300 varas de leiteiro (7.500 réis).

Os autos de devassa, a que por estes e muitos outros acontecimentos semelhantes procedeu então o Licenciado Agostinho Cerqueira e constituem o — «Livro dos Roubos que os franceses e vasallos dei Rej. de França fizeram aos moradores desta uila de gujmarãees e seu termo» — são um repositório ainda inédito de informações curiosas e preciosísimas, embora já consultado pelo ilustre e saúdoso Prof. João de Meira e a que de passagem nos referimos na *Romagem dos Séculos*.

O comércio vimaranense de exportação, por via marítima, tinha-se desenvolvido por uma forma significativamente importante, denotando intensa, voluntariosa e inteligente actividade no velho burgo, porque há que acrescentá-lo ao tráfico interno, fornecendo Guimarães em larga escala as comarcas mais ao norte, e à produção e manufacturagem de artigos vários.

Apontam-se os nomes de certos navios em que embarcavam, interessando ao conhecimento de nossas póvoas marítimas — o *Santa Cruz*, de que era mestre Gonçalo Vaz, do Pôrto, assaltado em 1525, nos bancos da Flandres; o *Vaquinha*, de Pautaleão Maio, de Vila-do-Conde, surpreendido «através da vila de Buarcos» na quaresma de 1523; o *Corpo Santo*, de João de Ceita, de *Viana da Foz do Lima*, capturado em 1520; o *Arrincado*, de Gonçalo Anes Pequeninno, de Viana, limpo por cinco navios de bretões e franceses de tudo quanto levava (1528); o navio latino de que era mestre Pedro Alvares e a que surgiram na véspera do Corpo de Deus de 1513; *Santa Maria da Graça*, de André Afonso, vareiro, de Matozinhos, apanhado «através de Albufeira no reino do Algarve» (1520); o *S. Gião*, de Francisco Gomes, de Vila-do-Conde, em cuja abordagem feroz (1528) matam o mestre do navio, ferem dois dos cinco marinheiros e despejam os navegantes (apenas mais dois, e vimaranenses, além dos marinheiros, João da Silva e Diogo Gil), num pequeno batel que deixam abandonado ao capricho das ondas, aprisionam e levam o barco com todo o carregamento, haveres e mantenças.

Largavam os vimaranenses daqueles portos, direitos às Canárias, senão logo à própria Flandres, transportando muitas mercadorias. Além das mencionadas no *Bretão* e sobre cuja importância, defenidora do incremento regional, desnecessário é insistir, diversas mais se encontram, como — atacas e bôisas, pentes, pano de fóro, cintas de espadas, papéis de alfinetes e agulhas, candelas de cêbo, rodas de barbante, ferros de sovela, ofícios de sapateiro, ferramenta, cerralharia e mercearias. Quando ali faziam negócio, compravam artigos que revendiam nas Ilhas, onde, novamente surtidos de géneros mandados de Guimarães ou de produtos indígenas, seguiam à Flandres a tratá-los e daqui vinham então trazendo as importações — arrôbas de açúcar, sacos de confeitos, quintais de queijos, fânegas de trigo, sacos de algodão, resmas de papel, escôvas, corchetes, estampas, espelhos de cestinho, contas vermelhas, incenso, rôlos de latão, prégos taboares, castiçais, óculos, fôlhas de estanho, livros, marçarias, toalhas finas de Flandres, panos da India...

Com insistência daninha, a prêsa era magnífica, afrontavam-nos os corsários ou na derrota da costa às Ilhas, ou no cruzeiro entre as Canárias e os Açores ou a Madeira, ainda na viagem daqueles arquipélagos à Flandres, na ida ou na torna, junto das Berlengas ou em Baiona da Galiza, de Baiona ao cabo de Finisterra, no pôrto de Vila Franca (à lha de S. Miguel), de Viana a Vila-do-Conde, pelo cabo de S. Vicente, e até com o desplante de aventureiros, piratas e assassinos — e como andava a nossa defesa da costa! — 30 léguas ao mar saindo da cidade do Pôrto (ao navio de João Fernandes Magriço, em Agosto de 1529) de frente da barra de Viana, com 10 léguas apenas de água e ao de Fernão Lopes, em Setembro de 1524, agredido por quatro naus e um galeão de franceses do — «mão seor de belavijlla e eles franceses deziã que ho leuauam morto pera frança e hia por seu capitão moor huu seu sobrinho» —, *ou mesmo à entrada da barra de Lisboa* e assim aconteceu a mestre João Luis de Aveiro, morador em Leça, em Novembro de 1528.

Neste último, para mais escárneo, como em outros casos, os bandoleiros não se contentavam do roubo, mesmo o de algum dinheiro que os nossos mandavam, aproveitando o regresso de patricio ou vizinho, para sustento de suas famílias, carregavam ainda de tormentos os pobres assaltados, quando os não deixavam «ao sabor das ondas ou desembarcavam-nos em praias desertas, onde corriam o risco de morrer à míngua» (João de Meira).

Mal avisado ou ingénuo quem se lembrara de queixar-se — «nam foy ne mãdou a frança Requerer sua justiça deste Roubo por saber certo que em frança se nam ffaz justiça de semelhantes Roubos» — assim o vai lamuriando, quási um por um, ao ser mais tarde interrogado. João Pires, feitor de Mateus Afonso Sodré, ainda foi a Ruão apresentar seu libelo ao Parlamento quanto a um primeiro roubo que lhe haviam feito — «njsso andou tres annos sem poder aver justiça» —; deixou procuração — inas, tendo obtido sentença a favor, nunca conseguiu executá-la. Entretanto, é segunda vez abordado, ao demandar com açúcar de canas e meles, pipas de «Remell», e sacas de algodão «londres ou frandes» — o navio é levado com êle e mais companheiros a Saint-Malo — «e hj tiverã presos na qual prisã morreo o dito João pirez e amtes de seu falecimento Requereo justiça destes Roubos as justiças de sã maloo e lha nam quézera fazer e com nojo morreo na dita prisam».

...No encapêlo das vagas, alumiava ainda ao nauta mercador, ferido e roubado, a froixa lamparina de óleo acêsa no santuário do lar, e a cuja chama, em longas noites de monotonia alanceada, mulher e filhos velavam, esfiando nas contas do têrço suas orações — de amargor, saúde e esperança — pelos que andam sôbre as águas do mar.»

(⁸) *Regimento de salários e preços de 1522* (para Guimarães), prefácio, notas e comentário, in «Revista de Guimarães», vol. XL.

(⁹) *Liuro dos Roubos q os franceses e vasalos del Rey de frança fizeram aos Moradores desta Vila de Guimarães e seu Termo* — Editado e Proemiado por Alfredo Pimenta, Guimarães, Arquivo Municipal de Guimarães, 1940.

⁽¹⁰⁾ A CASA DA CÂMARA EM 1612:

A Câmara havia representado sobre a necessidade de se proceder ao Tombo dos bens, que andavam alheados e divididos, e, havendo sido deferido, foi nomeado Juiz do Tombo o Licenciado João Nogueira, por alvará de 3 de Fevereiro de 1611, com 500 réis por dia, e Escrivão do Tombo o Tabelião do Judicial Jerônimo de Barros, e louvado e medidor António de Sampaio, porteiro da mesa e como procurador da Câmara para requerer perante o Juiz o Licenciado Bento Barbosa. Tendo prestado juramento, entraram em funções a 27 de Junho de 1612 e começaram pela descrição da Casa da Câmara:

Sita na Praça da Câmara para a banda do Norte, é toda em pedra de cantaria e situada sobre duas ou três vigas de pedra, tem três janelas, uma ao meio grande com um peitoril de pedra e duas sejas, em a qual estão as armas reais, e outra para a banda do nascente e outra para a banda do poente, também com peitoris e sejas, tudo de pedra lavrada. Tem dentro para a banda do nascente uma capela metida nas paredes, que se fecha com duas portas, e na qual, nos dias de vereação, às quartas e sábados, se diz missa do Espírito Santo, cuja obrigação pertencia aos possuidores do morgado instituído pelo Doutor Baltasar Vieira, Desembargador. Tem esta casa a porta para a banda do poente, onde vai ter a casa do Paço do Concelho, em que se fazem as audiências, e para a banda do sul outra porta com seu recebimento coberto com seus peitoris de pedra lavrada, com escada larga de pedra, por onde se sobe para a casa da Câmara e Paço do Concelho. Tem de largo do norte a sul cinco varas e 3.^a e de comprido de nascente a poente sete varas e meia; parte da banda do norte com casas que ora possui Maria Pereira, pescadeira, e do sul com a Praça Pública e do nascente com a Rua dos Açoutados e do poente com a *Casa do Paço do Concelho*.

Esta: tem sobre a praça duas janelas de sejas de pedraria e para a banda do poente outra janela também de sejas de pedraria e para a banda do norte duas janelas pequenas, a modo de frestas. No meio dela uma mesa em que escrevem os officiaes de justiça e ao redor das paredes assentos de pau com seus encostos lavrados e no meio umas grades para a gente não entrar delas para dentro; e para a banda do norte está uma mesa em alto, em que se sentam os julgadores a fazer audiência.

Confrontava do norte com a Praça do Peixe e Recio da Igreja de Santiago, do sul com a Praça Pública, do nascente com a Casa da Câmara e do poente com a casa de Leonor de Maçanhas, dona viúva que ficou do Licenciado Gaspar Lopes.

Em descendo as escadas, para a banda do poente, e debaixo da casa da Maçanhas, ficava a *Casa dos Açougues públicos*, com algumas talhas, com duas cadeiras para os Almoiacés, com seus cobertos, em que a gente se recolhia a pedir a carne.

Debaixo da Casa da Câmara havia ainda um coberto, em que se vendiam couves, hortaliças e mais coisas.

Havia alguns bancos do Alcaide-mor, duas boticas e alguns bancos para o público.

No adro de S. Tiago foi aberto o Recio da Praça do Peixe. Nas costas da Igreja estavam as boticas do peixe. A igreja era

alpendrada e determinou-se que não se enterrasse ali mais defuntos para assim melhor servir de logradouro público. Das *Casas da Afândega*, que entestavam com a Rua de Santa Maria, só existia o chão, por as casas e cobêrtos terem ardido. A *Casa do recolhimento dos mantimentos* estava a fazer-se defrente de S. Sebastião.

Em vereação de 6 de Maio de 1628 (por causa da deliberação tomada em Março de 1627) compareceu João Lopes de Amorim, chamado para informar quanto se lhe havia de dar para fazer a Obra da Câmara dos alicerces para cima, porque os vereadores do ano anterior não trataram dos alicerces e a obra não ficava segura sem êles, pelo que lhe dariam 15.000 rs., além do preço da arrematação: João Lopes de Amorim fechou o contrato por 20.000 rs. e assinou-o. Mas, em Setembro, foi, por deliberação, mandado notificar para acabar a Obra da Câmara, pois, embora já notificado, não queria obedecer, e era a ocasião ensejosa por causa da pintura das grades das portas e janelas. A obra de serralharia era do serralheiro Pero de Castro; a pintura das grades, armas, janelas e esferas do pintor Pero de Almeida.

Em 12 de Março de 1680, João Ribeiro, pedreiro, de S. Romão de Arões, obrigou-se a fazer a «costam da parede da casa da audiência» da parte da Praça do Peixe, com dois arcos em pedra de Gonça, com um pé no meio com sua mesa como os outros novos e as aduelas que estiverem capazes de servir serão repisadas e ficarão assim como novas e a parede entre os arcos de pedra e cal e alvenaria direita, e nesta parede duas frestas de pedra de Gonça e por cima tudo respaldado a contento do mestre de carpintaria. Do preço — 40.000 réis —, receberia 25.000 por conta do mestre António Ribeiro de Aguiar». Em Maio, com o mestre carpinteiro Francisco de Passos combinaram, os da vereação, que as janelas rasgadas da Câmara fôsem inteiriças com seus postigos, «como agora se usa», e não trançadas, como estava na planta.

Em 6 de Novembro de 1683 foi vistoriada a obra de pedraria da Casa da Câmara e Audiências, feita pelo mestre de pedraria António Ribeiro de Aguiar, por dois mestres pedreiros e achada «boa, forte, segura e feita na forma dos apontamentos»; e em 29 de Dezembro, a de carpinteiro, do mestre Francisco de Passos, «e foi achada de boas madeiras e na forma do aranzel e segura».

Em sessão de 5 de Junho de 1725, a Câmara concedeu aos moradores da Praça de S. Tiago fazerem um *nicho* de pedra fina, pegado ao pedestal que está debaixo da Câmara, para ser venerado o *Santo Cristo da Vitória*.

ERRATA:— Há equívoco no texto: A deliberação para as mulheres não trazerem a saia pela cabeça foi tomada em sessão de 9 de Março de 1627 (Livro das Vereações, fls. 39 v.), o que se apontou por denotar o costume do embiocamento; a relativa ao muro do Toural, essa foi em sessão de 16 de Dezembro de 1667, quando apareceram na Câmara Paulo de Sá Peixoto, Francisco Peixoto Castelhão, Simão Lobo Machado e Jerónimo de Matos e por êles e em nome do povo que queria vir em multidão requereram que «estando de posse» de do muro ver as festas, fogos e outras coisas «que no roscio do Toural havia», e para tomar a fresca e o calor, de verão e de inverno, reclamaram se mantivesse a *servidão do muro* de uma torre à outra. (Livro das Vereações, fls. 202 e 202 v.).

(11) No cap. 6.º dos apresentados às côrtes de 22 de Outubro de 1653 pelos Procuradores de Guimarães, dizia-se que «o principal trato que havia nesta Vila de Guimarães era o da linha, baetilhas e pano de linho que dela saía importava em mais de 200 mil cruzados cada ano e do efeito das sisas destas coisas se pagava o cabeção das sisas que é grande, e com a felice restauração dêste reino cessou êste trato e «quando agora com as portas que de novo se abriam» se esperava algum remédio se vê o dano maior por «algumas pessoas terem tomado em si êste comércio como estanque, comprando só 8 ou 6 falados mas com os outros por muito menos do justo valor, dizendo que comprem com o seu dinheiro e por serem vizinhos não devem sisa, sendo certo que comprem por comissão assim de pessoas que vêm à vila comprar como doutras que lho mandam, para que, sendo só êles os compradores, nunca tenham valor os ditos gêneros, que nem por isso nos mais lugares do reino baixaram de preço antes estão mais levantados e pediam remédio para tão grande mal, que era a total perdição do povo da Vila». Que se fizessem os acórdãos necessários para evitar êste dano.

Em carta de 1 de Janeiro de 1655 a Câmara pedia a confirmação do Acórdão sôbre a compra e venda de linho, pano de linho, estopa e baetilhas.

Vária, diversa e freqüentemente se prendeu o cuidado ao trato do linho das nossas Vereações, como pode ver-se com o folhear o respectivo Livro, assim, no ano de 1628, a pág. 113 v. ; no de 1640, a pág. 140 v. e 147 v., onde se encontra um importante e significativo Acórdão contra aqueles que, para mercadores estrangeiros, compravam por comissão, e daí prejudicavam a compra e venda do linho, de cujo «trato dependia o total remédio e sustento dêste povo»; e no *Livro dos Registos*, como, no ano de 1564, a pág. 35 v. ; 1648, a pág. 190 e seg. ; 1653, pág. 4 a 6 ; 1735, a pág. 8 e 21 ; 1815, a pág. 48 v. — A. L. de Carvalho, no vol. II do seu trabalho e utilíssimo estudo, empreendido, organizado e felizmente em realização com diligente e patriótica energia — *Os Mesteres de Guimarães* — Estudo histórico e etnográfico do linho — (Edição patrocinada pelo Ministério da Economia — 1941), dá cuidado relato de tais deliberações, acrescentadas de outras lúcidas informativas, e de sugestivos comentários.

Não foi só, porém, do linho que nossas Vereações se ocuparam, antes delas se vê inferir que bem activamente formoso era o labor da gente vimaranense, em outros ramos da indústria e do comércio, alguns dos quais marcaram nobremente e vieram constituir os novos mas não menos gloriosos pergaminhos da nossa terra. Tal só pode nitidamente compreender-se quando, por iniciativa da Câmara Municipal, se publicarem integralmente êsses *Anais*, o que bem devia confiar-se ao zelo e dedicação comprovada do Arquivo Municipal, que já com tanto critério dirige o *Boletim de Trabalhos Históricos*. O douto Abade de Tâgilde, a quem Guimarães tanto deve pelo seu amor à nossa História, incausável e fervoroso, tomou cópia, em síntese, dos actos mais importantes daqueles dois mencionados Livros (Vereações e Registos), deixando êsse precioso manuscrito, que tem sido o indicador seguro, desde João de Meira, de quantos a êstes assuntos se consagram, à guarda da Sociedade Martins Sarmiento. Já assim o pensava quando, por ocasião da Exposição

Industrial e Agrícola do Concelho de Guimarães, em 1923, coligi, apressada e imperitamente (como, um pouco amargamente, mas com inteira justiça e razão me advertiu o meu ilustre amigo Alfredo Guimarães), as notas históricas da *Romagem dos Séculos*, a que devia seguir-se, como li volume, *Arquivo Municipal* — o Livro das Vereações (— desde 1531 — alvarás, provisões e sentenças. — Leitura dos documentos avulsos e dispersos —), o que cheguei ainda a tentar em vários números da interessante revista — *Gil Vicente* —, sob o mesmo título *Romagem dos Séculos* (2.º ano, 2.ª série, pág. 158, etc.), mas que tive de interromper e suspender mercê das circunstâncias da minha vida sempre incerta.

Com a existência do *Arquivo Municipal*, e com as possibilidades e garantias da sua gerência, tal obra impõe-se, hoje, a êle, e confiada e patrioticamente andarà a Câmara Municipal se lhe cometer êsse encargo — tão necessário e fundamental para se conhecer condignamente a nossa história.

E sob êste importantíssimo aspecto dessa história, que não é só de honra e de trabalho, como de fervor e de sacrificio, embora não seja extensa a lista dos estudos, que se lhe dirigiram e o tiveram por objectivo, alguns, além dos muitos dispersos em artigos e efemérides e das quais sobrelevam as colleccionadas uma vida inteira pelo modesto e grande João Lopes de Faria, por quasi todos os semanários vimaranenses, e dos que podem inferir-se dos nossos monografistas, mereciam já o cuidado de um índice, que sinto pesar de não ter elementos seguros para fazer, mas a que não quero deixar de prestar os seguintes elementos, mais à minha mão :

Alberto Sampaio: *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*;

Exposição Industrial de Guimarães, in «Revista de Guimarães», I, 25;

Economia rural do Minho, in «Revista de Guimarães», II, 205; III, 146; IV, 27 e 77; V, 49;

«A propriedade e cultura do Minho — O presente e futuro da viticultura do Minho», in *Estudos Económicos*, vol. I.

Avelino da Silva Guimarães: *Subsídios para a história das indústrias vimaranenses*, in «Revista de Guimarães», vol. IV, pág. 125 e 190; vol. V, pág. 12.

Sociedade Martins Sarmiento: *Boletim da Sociedade Martins Sarmiento*, 1 vol., 1894 e 1895; «Revista de Guimarães»: *Estatuto dos Carpinteiros de Guimarães*, vol. XXIV, 27; dos *Cutileiros*, vol. XXIV, 22; dos *mestres sapateiros e mais officios*, vol. IV, 139; dos *Sirgueiros*, XXIII, 143; dos *Ourives de ouro e prata*, VII, 77; *Regimento para os Ensaiaadores dos officios dos ourives do ouro e da prata*, XI, 206; *A instrução popular no Concelho de Guimarães*, XXV, 99; *Regimento de salários e preços*, XL, 41 e 149.

João Gomes de Oliveira Guimarães (Abade de Tágilde): *Tinturarias*, in «Revista de Guimarães», III, 22; *Abastecimento de águas potáveis*, in «Revista de Guimarães», XX, 26; XXI, 167; XXII, 57; *O architecto João Lopes de Amorim*, in «Revista de Guimarães», XXVI, 150; *Livro dos Acórdãos de 1692*, in «Revista de Guimarães» XXVI, 140; além de muitos outros preciosos elementos dispersos por tôda a sua obra.

João Lopes de Farja : Estatuto da Irmandade de N. S. da Oliveira, instituída pelo officio de alfaiate, in «Revista de Guimarães», XXXI, 49 — e as suas *Efemérides*.

Francisco Martins : *O Labor da Grei*, publicação comemorativa da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia, realizada em Agôsto de 1923.

Alfredo Guimarães : *Um quadro de Frei Carlos*, XXXIII, 231; *Violas de Guimarães*, in «Revista de Guimarães», XXXI, 112; *Mobiliário Artístico Português*, II — «Guimarães»; *Estudos do Museu Alberto Sampaio*, I — «A Degolação de S. João Baptista», sôbre muitas notas curiosas, em sua carreira artística e literária e até mesmo jornalística.

A. L. de Carvalho : *Os Mesteres de Guimarães*, de que se encontram já publicados 3 volumes, e é, entre nós, a primeira obra, e notável, sistematicamente organizada quanto a êste assunto.

Alberto Margaride : *A indústria de cortumes*, 1938.

Associação Comercial de Guimarães — *Relatórios*, de que supomos seja o último o da Gerência de 1920.

E' claro que, em todos os monografistas, já indicados, se encontram informações preciosas, e muitas outras andam perdidas nos jornais da terra, como, em «Notícias de Guimarães» — *Alguns capitulos de Guimarães para as Côrtes* (ano 2.º, n.º 54 (5-Fevereiro-1933) e 57 e 61, ou até mesmo em artigos sôbre a terra em jornais de fora. E, já agora, não queremos encerrar esta nota, muito incompleta, sem formularmos outro voto: de certa nota inserta no livro *A Degolação de S. João Baptista*, que é um estudo de bom saber, acertada crítica e fino gôsto artístico, a denotar já sólida e experimentada cultura, depreendemos, ou queremos futurar, que o autor e Rodrigo Pimenta se empenharam em estudos paleográficos sôbre os artistas e artífices vimaranenses — eis uma obra culminante para o estudo do labor vimaranense, e o nosso voto é de que ela venha até nós.

(12) Foi publicado pelo Abade de Tágilde, na «Revista de Guimarães», ano 26, pág. 140.

(13) No ano de 1708, a Vereação da Câmara mandou proceder à «Repartição da sexta parte», em que se fintaram as freguesias do Termo, para pagamento das annas que criavam os engeitados. A repartição fêz-se pelos moradores da Vila, dividida já então, como hoje, nas três freguesias da Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, sendo apenas exceptuados os privilegiados da Oliveira, à sombra dos afamados *Privilegios das Táboas Vermelhas* (e, diga-se, não era lá muito equitativa esta de serem isentos de contribuir para as annas os súbditos dos Cônegos da Colegiada). Esse documento é sobremodo importante. Ali vive a Guimarães de Setecentos. Sabemos quem eram e onde moravam, como dissemos, os vimaranenses de então, e seus officios, occupações, situação social, até mesmo a categoria... financeira na proporção do tributo. Longos dias me custou a copiá-lo, agravando a presbitia, e, sob o título *Guimarães em Setecentos*, na secção *Com a devida vénia...*, foi publicado no «Notícias de Guimarães» (desde o n.º 271, ano 6.º (18, Abril, 1937) com intervalos, até o n.º 324, ano 7.º, de 24, Abrii, 1938).

A nomenclatura das ruas, confrontada com a do P.^e Torcato Peixoto, é fonte de informações magníficas, como é a das suas sucessivas transformações.

Sodré não é alcunha, mas nome de família, conhecida, e importante, que chegou a ter certa posição social, mas, parece, então, em alguns dos seus ramos, decaída, e por isso, às vezes, pelos mais ignorantes ou atrevidos, como tal empregado.

(¹⁴) *Para as noites de inverno — O muro do Toural* — (entre a Torre da Piedade e o Postigo de S. Paio) —, in «Notícias de Guimarães», ano 1.º, n.ºs 41 (23, Outubro, 1932), 42 e 43, para onde trasiadei a resposta do Senado, aprovada em sessão da Câmara a 29 de Outubro de 1793 ao Doutor Provedor da Comarca José Maria de Sousa Pissarro (sic), que por suas diligências promovera a ordem régia para se demolir aquela parte da muralha, que ameaçava ruína, e sobre a construção de edifícios naquele mesmo lugar; e, em seguida, como a velha muralha, em vários lanços, vinha sendo deruída, bem como apontamentos de obras diversas, e algumas importantes, como as de fontes e calçadas, a que, por aqueles anos se procedera; e — *O muro do Toural em 1793* —, na secção *Com a devida vénia...*, in «Notícias de Guimarães», ano 6.º, n.ºs 254 e 261.

(¹⁵) *A mudança da feira*

Foi, na verdade, um prélio gigantesco. Já a êle se referiram, por diversos modos e maneiras, os nossos momografistas, antigos e contemporâneos. Cheguei a tomar largos apontamentos das extensas representações, então elaboradas, e em que bem se denota a mão astuciosa de Letrados. Mas por as achar muito pitorescas e interessantes, pedi e obtive do meu ilustre e prestante amigo Rodrigo Pimenta, do *Arquivo Municipal*, o favor de cópias fiéis dessas mesmas representações. Oportunamente as publicarei na «Revista de Guimarães».

(¹⁶) *Livro das Vereações* — ano de 1798, fls. 129.

Aquela deliberação foi tomada, como se viu, em sessão de 7, e no dia 11 seguinte, a Câmara ordenava que, no prazo de três dias, e sob a mesma pena de 6.000 réis, os mesteirais e vendedores a retalho tirassem as empanadas de madeira «por causar deformidade ao prospecto público». Donde, e porque esta febre de ar e prospecto público? E' que se «esperava a visita do Augusto Príncipe, que vinha a esta Provincia assistir ao acampamento de Gilmonte». Para prevenir com ensejo, mandara-se ainda que os negociantes de lãs e sedas toldassem as ruas desde a Porta da Vila à Colegiada, afora as mais que se indicassem; que os ourives aprontassem um fôgo de artifício; que os moradores ricos tivessem preparadas trezentas camas, duzentas com asseio, as cem ordinárias; que os moradores, por onde êle houvesse de passar adornassem as janelas, e todos deviam iluminar suas casas «para o que se embargou o cébo que havia e viesse a haver nos carniceiros».

(Foi neste ano de 1798 que a Câmara deliberou que os *oleiros* «para reputação e utilidade da louça do fabrico desta Vila, sòmente usassem do barro de Prado, ou de igual qualidade», pois o barro de S. João de Ponte só era próprio para tejo.)

A Portaria de 1793, ao considerar a «desordem» e «irregularidades», em que se viam os antigos e novos edifícios, em ruas «cheias de encontros e cotovêlos», pretende a regularização deste ramo de administração e adverte de que «em uma vila do sertão (!), ainda que tão notável (valha-nos ao menos isso, pois aquela do sertão é forte), se deve primeiro que tudo olhar para a decência e comodidade dos habitantes». Livro dos Registos, ano de 1793, fls. 25.

(17) Oitocentos abriu com inquietações e receios. 1799 fôra ano falho de pão. Grassava, em Espanha, o *mal contagioso*, pelo que se ordenara a quarentena; outro ar, não menos contagioso, saudável para uns, havido como extremamente perigoso e mórbido segundo outros, viria soprando de França e daria causa a outras não menos apertadas quarentenas. Havia queixas sôbre as carnes e os vinhos: em Vereação, com a nobreza, clero e povo, resolvera-se, primeiro, *cortar as carnes* por administração própria (os carneiros não só levavam mais caro do que em terras vizinhas, como, não contentes, «mingavam» ao pêso), e, depois, nomear um marchante como administrador, com um homem de negócios, para auxiliar; os particulares vendiam o vinho muito caro — quando só o deviam fazer por menos um real do que a taxa estabelecida, e os vendedores trataram de o açambarcar pelo Termo. O Corregedor, Bacharel António José Coelho, que tomara posse em Outubro (1800), logo no mês seguinte manda ao Juiz de Fora, Bacharel Manuel Maranhão Falcão de Castro, faça embargo da terça parte do pão, milho e centeio, que tivessem os rendeiros e proprietários. Perante a Câmara, o povo formulara quinze capítulos de queixas sôbre gêneros de consumo e carestia da vida, e até *contra as doceiras do Toural*, que, diziam os mesterais, eram «só boas para os gulosos».

Em 801, taxou-se em 650 réis o milhão e 800 o centeio, que se embargara para a tropa. Rateara-se o preço do aluguer da casa para o Regimento 2.º, do Pôrto, pelos que não eram obrigados a dar casa para instalação de oficiais e tropa, — e não o eram todos os que viviam em casas arrendadas. Em Novembro, na Colegiada, celebra-se *Te Deum* pela conclusão da paz entre o Príncipe Regente e a República Francesa.

A *feira das galinheiras* é mudada para o Terreiro da Misericórdia, para não ficarem juntas com as que vinham de fora; é fixado o número de tavernas, pois havia muitas, onde se jogava, só podendo vender vinho, pão e sardinhas, e as particulares, só vinho, devendo ser apenas três as de vinho maduro; por ordem superior, determina-se a sementeira de pinheiros e amoreiras (em Provisão de 8 de Janeiro de 1803, foi nomeado Inspector do plantio das amoreiras e de outras árvores e matos Domingos José de Macedo, que devia cumprir as instruções que lhe desse Francisco Moreira de Sá, «com préstimo e inteligência nesta matéria»); e João Luís Alvares, de Guimarães, é nomeado *Tenente do Facho*, que devia estabelecer-se no Monte de Espinho, que se devia corresponder com o da Falperra e Carvalho de Este. Era Professor de *Gramática Latina* o Padre António Lobo de Sousa, que tinha como substituto Francisco José de Oliveira (1802). De Primeiras Letras, o Padre José António de Faria, em substituição de António José de Abreu, que desertara. Como havia, dentro da Vila, crescido número de *lapidários*, nomeou-se-lhes Juiz José Luís Pereira, tendo como Escrivão

Francisco José de Carvalho. Havia poucas amas, assim ao menos se queixavam nesse ano de 1803, e por isso elevaram o salário: amas de leite — 10\$000 anuais e oito mil réis as amas sêcas. A *feira do pão* fazia-se em S. Sebastião, e queixavam-se de certos que «vendiam pão a ôlho», o que foi sempre de má medida: ontem, como hoje. Como estava fracota a *Alpendrada das Padeiras*, deliberou-se construir uma nova, no Largo do Pelourinho, sendo encarregado da obra António Alvares Ribeiro Guimarães (1803). Picara o desejo de concertos (vinha de 800 a pretensão do Juiz de Fora para se demolirem torres e muros para concertos das estradas e aquedutos) no que andava mal amanhã — a calcetaria do Toural, de S. Domingos à Misericórdia; o telhado da *Casa da Câmara*, que devia ficar com duas águas; o cunhal da *Casa da Audiência*. E' concedida licença a Manuel da Costa, da rua de Santo António, para edificar na *muratha* casas novas, e aformosear as nove que já ali tinha. Delibera-se a construção da *Ponte da Madroua* e mudança da Fonte, sita naquele lugar. Nobreza e povo decidem ou votam pela divisão em sortes, pelos lavradores das freguesias vizinhas, do montado da Serra de Santa Catarina, como outros montados se dividem neste ano de 804.

Mas, deixemos estas efemérides e vamos a alguns apontamentos sôbre as casas, cuja centúria de labor, na mesma família, comemoramos. Temos como seguro e certíssimo, para nós, que outras, ao menos de trabalho industrial (curtumes, na família Mendes de Oliveira; tecidos, na família Lima), há, além das apontadas. Seguimos, porém, aquelas que apresentaram a sua justificação. E é esta a primeira, e mais antiga.

Antecedentes da casa comercial Manuel Pinheiro Guimarães & C.^a, Successores:

Não se podendo precisar a data da sua fundação, constata-se a sua existência em Janeiro de 1798, sob o nome de José de Castro Sampaio, que a si associou António Dias de Castro, em Agosto de 1802, sob a firma José de Castro Sampaio & C.^a. Pelo desaparecimento desta sociedade voltou a ser seu único proprietário, em Outubro de 1818, José de Castro Sampaio, ao qual sucedeu sua viúva Maria Rita de Castro, associado com seu filho João de Castro Sampaio, em Outubro de 1832, sob a firma Viúva Castro & Filho. Esta casa comercial passou, em Janeiro de 1865, para João de Castro Sampaio, que depois interessou e mais tarde associou o seu empregado Domingos Martins Fernandes, em Setembro de 1869, sob a firma Castro Sampaio & C.^a. Com a dissolução desta sociedade, ficou proprietário da casa comercial, em Maio de 1875, Domingos Martins Fernandes, que associou seu cunhado, Manuel Pinheiro Guimarães, em Julho de 1878, sob a firma Domingos Martins Fernandes & C., de cuja sociedade passou a fazer parte João Fernandes de Melo, em junho de 1888. Com a saída de Domingos Martins Fernandes, ficaram associados Manuel Pinheiro Guimarães e João Fernandes de Melo, desde julho de 1891, sob a firma Manuel Pinheiro Guimarães & C.^a, à qual também pertenceu, desde 1894 a 1899, Bernardino Jordão. Pelo falecimento de Manuel Pinheiro Guimarães, em 1900, não houve alteração na firma, sucedendo-lhe na sociedade sua viúva, Ana Mendes Martins, à qual sucedeu, em 1903, seu irmão Francisco Martins Fernandes, que se manteve na

sociedade até Junho de 1907, data em que cedeu a sua parte a seu filho Domingos Martins Fernandes. Pela saída da sociedade de João Fernandes de Melo, o sócio Domingos Martins Fernandes associou Alexandrino Pereira da Costa Guimarães, José Francisco Gonçalves Guimarães, Armando Humberto Gonçalves e Casimiro Martins Fernandes, em Julho de 1919, sob a firma Manuel Pinheiro Guimarães & C.^a Suc.^{rs}, que ainda hoje se mantem com os mesmos sócios, exceptuando José Francisco Gonçalves Guimarães, que se retirou em 1932.

Como se verifica, a sucessão dos proprietários ou sócios fez-se até 1875 dentro da família Castro Sampaio, passando desde esta data até à presente para a família Martins Fernandes.

Famílias importantes tiveram em mãos de seus filhos ou representantes a gerência mercantil desta casa. Alguns apontamentos apenas dos que pensei em coligir em diligência impossível de prosseguir e levar a termo :

A's 10 horas do dia 11 de Outubro de 1865, em reunião política, realizada em casa do Conde de Azenha, e por proposta do Conde de Vila Pouca, João de Castro Sampaio é indicado para fazer parte da lista da Vereação Municipal, como Barão de Pombeiro — Paulo de Melo Sampaio Freitas do Amaral —, formado em Filosofia, dr. António Leite de Castro, dr. João Pereira Leite de Magalhães e Couto, António José Ferreira Caldas, negociante, o Tabelião Francisco José da Silva Basto e António Joaquim Ferreira de Eça e Leiva, proprietário : foi esta a eleita e João de Castro Sampaio quem, da lista, obteve mais votos. Meses antes, em Março, promovida por António José Ferreira Caldas, se realizara, em casa do acreditado e rico comerciante António do Espírito Santo, uma reunião para se fundar a Associação Comercial — estiveram presentes cinquenta e um comerciantes, presidindo António do Espírito Santo, secretariado por João de Castro Sampaio e Francisco José da Costa Guimarães, e foi esta a comissão, composta por João de Castro Sampaio, António José Ferreira Caldas, Francisco José da Costa Guimarães, José Custódio Vieira e José Joaquim de Lemos. A segunda convocação fez-se e teve lugar no Teatro D. Afonso Henriques. (Em Fevereiro, d'este ano de 65, abriu uma aula de Aritmética e Geometria — com applicação à indústriá —, que fôra criada em Guimarães, na rua de D. João I, pelo que houve demonstrações festivas de estudantes e artistas ao Visconde de Pindela). E, logo em Janeiro de 66, é João de Castro Sampaio eleito Vice-Presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial ; em 1868 é eleito para idêntico lugar do Asilo de Santa Estefânia e para a Mesa da Santa Casa da Misericórdia. Fundado o Banco de Guimarães, é eleito gerente em 1873. Domingos Martins Fernandes era, em 1864, o Agente em Guimarães do Banco União, do Pôrto, — Seguros Mútuos de Vida —, com sua Agência na Praça do Toural, n.º 11. Naquelle anno de 64, andava muito questionado nos periódicos vimaranenses (*Vimaranense e Religião e Pátria*) o julgamento de certo crime de fogo posto, em que o Juri condenara o réu, enquanto, pelas ruas e praças, os tambores acompanhavam o *Bando Escolástico a Nicolau*

«Formosa, d'amanhã o dia é vosso ;
Das Festas, o privilégio é todo nosso...»

Fôra advogado de defesa o dr. Rodrigo Machado da Silva Salazar. O réu, um serrador de madeiras, da freguesia de Sande, era incriminado como, em determinada noite de Maio, haver posto fogo às casas do Regedor daquela freguesia; estava, nessa ocasião, em Viana do Castelo, como provava com atestados assinados pelo Juiz e Administrador desta cidade! O Tribunal funcionava no Convento de S. Domingos.

Em 1865 é eleito definidor da V. O. T. de S. Francisco; e, quando, em Dezembro de 1873, se evadiu o Recebedor do Concelho, José Maria Gomes de Azevedo, com um desfalque de 13 contos, Domingos Martins Fernandes, como homem diligente e honrado, é nomeado Recebedor interino. E, neste ano de 1873, Francisco Martins Fernandes era o Tesoureiro da Irmandade da Oliveira; como, mais tarde, em 1881, é Tesoureiro da Associação Comercial. (Em Fevereiro de 1867, Domingos Gonçalves Lobo passara a Francisco Martins Fernandes, que tinha como seu principal auxiliar e empregado, o seu estabelecimento de couro e sola, na rua Nova do Muro).

Ainda em 1884, encontramos Domingos Martins Fernandes como um dos principais elementos da Comissão dos festejos para a inauguração do Caminho de Ferro, obra de capital e decisiva influência na vida laboriosa da terra e para cuja tão desejada e embaraçosa realização, a muito custo vencida, por vezes, contra o apático desejo e a comida inveja de maus vizinhos, de vida amorfa e parada, cremos bem, a casa comercial, de que nos vimos ocupando, se empenhara seriamente.

Foi esta casa uma verdadeira escola, eu prefiro dizer — «uma aula» magnífica «de actividades» formosas: Manuel Pinheiro Guimarães, João Fernandes de Melo, Bernardino Jordão, e, em tudo e por tudo, ainda hoje honrando a sua honrosa tradição.

(¹⁸) Elementos fornecidos à Câmara do Comércio de Lisboa, referente à Casa Centenária Aureliano Fernandes, Sucessor:

João António Fernandes Viegas: Por falta de escrituração comercial desconhece-se se foi êste o fundador desta casa, ou o sucessor de seu pai que também consta ter sido ourives, assim como se ignora a data em que João A. Fernandes Viegas teve o seu início comercial, havendo a certeza, por os elementos comprovativos existentes no Arquivo Municipal, desta cidade, que o mesmo estava estabelecido como ourives, na era de 1812.

Segundo o nosso critério, depreendemos que muito antes da data indicada, ou seja por fins do século XVIII, esta casa já tinha a sua existência, verificando-se que decorridos apenas 4 anos, ou seja em 1816, foi feito o trespasse a seu genro António José Ferreira Leão.

António José Ferreira Leão: Em 1816 foi sucessor de João A. Fernandes Viegas, por ter sido casado com uma sua filha. Durante o seu tempo de gerência deu grande expansão ao negócio de ourivesaria, desenvolvendo-o com viagens sucessivas às províncias do Alentejo e Extremadura, com permanência da sua casa de Vila Viçosa, onde se destacou. Pelas suas qualidades de trabalho e honestidade, foi pessoa muito considerada e de posição social, etc. Seus filhos não querendo seguir a vida comercial, tomaram outras

directrizes, destacando-se entre êstes, o mais velho, Dr. João Vasco Ferreira Leão, que exerceu o alto cargo de Desembargador e Par do Reino, sendo eleito Deputado da Nação por Guimarães. Nesta conformidade, seu pai viu-se na necessidade de transmitir a sua casa comercial a seu genro Manuel Joaquim da Cruz.

Manuel Joaquim da Cruz: Ignora-se a data em que tomou posse dêste estabelecimento, sabendo-se ter sido um grande impulsor do comércio e indústria de Ourivesaria, com igual honestidade e aprumo dos seus antecessores. Por seu falecimento succedeu-lhe seu genro António José Fernandes.

António José Fernandes: Foi exemplar continuador, com dotes de trabalho e honestidade, impondo-se pelo seu nobre carácter, etc., etc. Depois de longos anos de aturados trabalhos, desejou a sua aposentação da vida comercial, succedendo-lhe seu filho Aureliano Leão da Cruz Fernandes.

Aureliano Leão da Cruz Fernandes: Em 1901 tomou posse e gerência desta casa. Foi grande impulsor não só se limitando ao desenvolvimento desta casa, como ainda ampliou os seus negócios com a importação e exportação do mesmo ramo, com as suas filiais no Pôrto, Lisboa e Rio de Janeiro, que giravam sob a razão social de Fernandes & Cruz. Empregou a sua actividade no negócio de ourivesaria por atacado, etc., etc.

Por seu falecimento, no ano de 1920, e em virtude de seu filho Vasco Leão da Cruz Fernandes, ser ainda de menor idade, foi êste representado por sua mãe até ao ano de 1932, ano em que tomou a devida posse e gerência desta casa centenária, absolutamente dentro da mesma família, etc., etc.

— Por Alvará de 14 de Junho de 1845 foi confirmada a nomeação de João António da Cruz para contraste do ouro, que havia sido feita pela Câmara. João António da Cruz faleceu em 1880. Seu filho, José Joaquim da Cruz, ficou nesse cargo de contraste de ouro. Casou, em 1887, com D. Carolina Augusta da Silva Fernandes, filha do capitalista João António Fernandes Guimarães.

— Esta acreditada casa sustenta ainda hoje nobremente os créditos de uma das indústrias, actualmente quasi extinta, mais importantes, afamadas e célebres de Guimarães, a dos nossos notáveis «ouriveseiros», maravilhosos artistas do cinzel, verdadeiros poetas plásticos.

(¹⁹) Fundada em 1813 como consta do lançamento no livro da Fazenda Nacional do mesmo ano em nome de Maria Joana, de S. Lázaro e por seu falecimento passou, em 1845, para seu filho Jacinto da Silva Guimarães, que por seu falecimento passou para sua espôsa Joana Maria da Silva, R. D. João I, 150, succedendo-lhe, em 1874, Eduardo da Silva Guimarães, seu filho, que ampliou então as instalações definitivas no prédio aonde actualmente existem na R. D. João I, 181-185, tendo em 1924 constituído uma sociedade com seus filhos Eduardo e Jacinto, adoptando a firma o nome de Eduardo Guimarães & F.^{os}, Lmt.^a, sendo considerada a mais antiga Padaria do Norte e sempre dentro da mesma família.

(²⁰) Os anos de 800 ainda não haviam atingido os quarenta. Mas que formidável desenvolver de acontecimentos cruéis e sangrentos! E' em dezembro de 1807 que as tropas de Junot entram

em Guimarães — a Câmara só no fim de Janeiro de 1808, coagidamente, reconhece o domínio estrangeiro. Do Tesouro da Colegiada são extorquidos nada menos de quatrocentos quilos de prata. Logo em Junho dêste ano, a Câmara, com o povo, o clero e a nobreza, organizam e congregam esforços para a expulsão do inimigo. Vi-maranenses cooperam com as tropas de Silveira na resistência à invasão de Soult. «A tradição, escreveu o Abade de Tágilde, conserva bem viva a lembrança dos continuos sobressaltos do povo de Guimarães e das freguesias do Termo à aproximação de qual-quer destacamento francês. Os campos abandonavam-se; as casas despovoavam-se; os míseros jornaleiros e lavradores, pondo a bom recato o pouco bragal, que era a sua riqueza, buscavam os escond-derijos dos montes onde se ocultavam até passar a *razzia*». Nos livros paroquiais de irmandades há a prova de, principalmente as forças de Junot, terem feito *roupa de franceses* de muitos dos seus valores. E por êsses caminhos e rústicos casais ficaram escritas pá-ginas dolorosas de vívidos romances. Depois, a Guerra Peninsular, a sublevação do Pôrto em 1820, a Constituição de 22 e sua abolição em 23, a morte de D. João VI, a abdicação de D. Pedro, a regência de D. Miguel, o desembarque no Mindelo, as lutas fratricidas, perse-guição de liberais, perseguição de miguelistas, a fôrca, o cacete, os decretos de Mousinho, o tumulto: «De 1834 a 1850, escreve António Sérgio, vêem-se motins e contra-motins, revoluções e contra-revo-luções, que denunciavam a dificuldade de convertermos enfim numa estrutura particularista de auto-suficiência económica a estrutura heterónoma e comunitária consolidada em três séculos de história ultramarina »

Naquele Março de 39, quando António José Vieira da Costa escreve o primeiro lançamento no Borrador, a que vamos referir-nos, em Guimarães discutia-se a Portaria que vinha anular a que concedera o sino maior dos Capuchos a S. Cristóvão de Selho e lhe dava em troca um dos sinos pequenos da Costa, a nomeação, graciosa e amarga, do Egresso José Mendes, da rua de Couros, que durante anos, e de graça, servira como coadjutor na freguesia de S. Sebastião, para onde outrem fôra nomeado Pároco, como Cavaleiro da Ordem de Cristo, e a luzida e aparatosa Procissão aos Entrevados, que o Visconde de Azenha custeara magnificamente.

A propósito do centenário desta honrada Casa, o *Comércio de Guimarães*, de 3 de Junho de 1939, publicava o seguinte artigo, que, por tudo, incluir-se deve nestas páginas :

«Quando uma casa comercial atinge um século de existência, tendo levado a sua vida de porta aberta sem vergonhas nem desli-ses, as somas de virtudes morais que reflecte são exemplo de preço. São virtudes de disciplina e de inspiração, nascidas do valor e das qualidades de trabalho, dos exemplos de tenacidade, dos esforços de luta e das canseiras de uma vida intensa, inteiramente vivida, pelos seus proprietários, no labor comercial ou industrial.

Uma casa comercial que atingiu um século, adquiriu uma série de tradições dentro do tempo e do espaço, e uma fisionomia local de marcado relêvo histórico.

Mas quando uma casa de comércio percorreu o estirado século de existência na afeição do mesmo tronco familiar e dele nunca saíu, essa casa criou a mais certas graças de respeito público, porque na

marcha das sucessões manteve a continuidade tradicional, e os seus proprietários cumpriram assim nobremente, dentro da mesma profissão, e cada um no seu espaço de vida e no consêrto social, uma honrosa missão de trabalho.

Fizeram-se festas muito dignas e de estimulante significado moral, às casas comerciais seculares de Lisboa, com o cerimonial grave que tão respeitáveis monumentos de labor, de riqueza e de economia nacionais requeriam.

Guimarães contará, quando muito, três casas comerciais com um século de vida. O Mercador do Poço, o Cerieiro e o Vargas.

Bem podiam figurar, pelo menos, e para lembrança futura e futura história de uma alínea ao primeiro capítulo da economia local, num quadro de honra a colocar, em destaque, no salão nobre da Associação Comercial. Isto assim, pelo menos, representaria uma nobreza de solidariedade colectiva.

Estas ligeiras e pobres considerações foram-nos sugeridas pela leitura do oportuno artigo do Sr. Manuel da Cunha Machado, publicado neste jornal em 19 do corrente. Artigo de saúde e de sinceridade, despertou também em nós o prazer de botar a escrito uma miúdeira contribuição de actas, para recordar mais uma casa comercial que em Março d'êste ano fêz um século de existência, limpilha de *pechas* e de *rabos*, e que ainda hoje abre as suas portas a uma clientela escolhida e de amizade, e a um grupo de homens de *cavaco* e de *tesoura*, mas excelentes cavalheiros, de vida lavada, laboriosa e intelectual.

*

Da freguesia de Gualtar, concelho de Braga, viera para esta cidade, ainda moço e com a esperança animadora de triunfar na vida, António José Vieira da Costa, que ali para o fundo do Convento de S. Domingos, esquina das Dominicás, abriu um modesto estabelecimento de panos, que o povo logo apelidou de *Mercador do Poço*, por existir na rua, mesmo em frente do acanhado edificio comercial, um poço de serventia.

Rapaz já com certa prática do comércio, pobre, filho de gente do campo, de olhar penetrante e arisco, decidido de convicções e de vontade, foi ajudado modestamente pelos seus pais.

Levando uma vida regrada e de apertadíssima economia, ferrenho celibatário, chegou a amealhar alguns bens de fortuna, que depois legou, no maior quinhão, ao sobrinho António José da Costa Braga, principal caixeiro e companheiro na intimidade do seu lar, para onde veio, ainda moçote, lá do seu berço de Gualtar.

Foi um comerciante respeitador e prestadio, dispensando em morte muitos bens aos estabelecimentos de caridade e sobretudo à Venerável Ordem Terceira de S. Domingos, que serviu por vezes em diversos cargos de Mesa, com zeloso escrupulo e rectidão. O seu primeiro livro comercial, que se encontra arquivado como recordação dos tempos mais amenos e pouco *canzeiros* do levou e trouxe, intitula-se *Borrão n.º 1 — Março de 1830*.

O estabelecimento subiu mais tarde para o cimo da Rua de D. João 1.º, para as casas onde hoje se encontra a mercearia Monteiro. Em 1871 o estabelecimento foi trespassado ao seu sobrinho António José da Costa Braga, que em 1876 o instalou definitivamente na casa que acabou de construir, comprada em alicerces a João

Baptista Sampaio, em 1873, e que ficava então junto do Tribunal Judicial e da Igreja de S. Domingos, com frente de um lado para a estrada de Braga e do outro para a Praça do Toural e extremidade da Rua de S. Domingos. Quer dizer: mudou para a casa onde se encontra ainda hoje. A fisionomia do lugar é que foi alterada e a denominação da Rua também, que hoje é de Paio Galvão.

Figura austera de comerciante antigo, usando sempre até à morte as respeitadas suções, foi um carácter na acepção mais pura do termo, cavalheiro de respeitabilidade e de nobreza de princípios, homem de poucas falas, de poucos risos, comedido de aspecto, de maneiras e de trajos, mas de nobilitantes acções, triste de fisionomia mas rasgado de coração, homem de uma rectidão intransigente, que manteve relações de estima e de fraterno convívio com a melhor sociedade. Prestou o seu concurso de devoção cívica, embora fôsse um temperamento retraído e nervoso, servindo o Município, tôdas as Casas de Caridade e muitas colectividades e irmandades de Guimarães. Foi uma destacada figura de comerciante, que viveu honrada e nobremente a sua vida. Já cansado e aborrecido com os modernismos e com os fregueses, que não pediam ao côvado nem à vara e se não comoviam com a pitada do meio-grosso, marra-lhando pegado como em feira de ciganagem, passou o negócio em 1900 a seu cunhado e caixeiro António Alves Martins Pereira, que contando 75 anos de idade, ainda hoje o conserva, e embora nele se não bata, como noutros saúdosos tempos, às noites e às tardes, o solo, a sueca e a lambida, com parceiros certos e mirones encalistadores, bate-se a língua com desembaraço, todos os fins das tardes, aos domingos e dias santificados. É uma casa de esquina, mirante de boas vistas e uma tertúlia de boa gente.

Resumindo: 1.º proprietário — António José Vieira da Costa, 1839; 2.º proprietário — António José da Costa Braga, 1871; 3.º proprietário — António Alves Martins Pereira, 1900.

E sempre se chamou *Mercador do Poço* ou *Casa do Braga*, e com estes chamadoiros viverá, até que um dia os destinos de nova tabuleta ou de novo proprietário lhe dêem um baptismo com que o povo engrace.»

António José Vieira da Costa: No seu testamento contemplou não só tôdas as casas de caridade de Guimarães, como também todos os pobres envergonhados das freguesias da cidade, marçanos e caixeiros que estivessem ao seu serviço.

António José da Costa Braga: Já em 1879 era jurado comercial e pertenceu, no mesmo ano, à Comissão Recenseadora. Foi, durante muitos anos, o encarregado dos negócios e feitor dos Marqueses de Monfalim e Terena.

Tutor escrupuloso e dedicado dos Monteiros, rapazes de talento, que brilharam dentro da sua geração e que êle sempre amparou com paternal carinho até chegarem aos mais destacados postos sociais: Dr. José da Silva Monteiro, foi Juíz de Instrução Criminal e do Supremo e Ministro da Justiça em 1928; Avelino da Silva Monteiro, Capitão de Mar e Guerra; Dr. Francisco da Silva Monteiro, Poeta e Engenheiro; D. Adelaide Sofia Monteiro de Meira, esposa do Dr. Meira. Chamavam-lhe pai e renderam-lhe sempre o maior respeito.

Serviu, por diversas vezes, o Monte Pio Comercial, Miseri-

córdia e Ordem Terceira de S. Domingos, que serviu desde 1872, e em 1892 foi tesoureiro da Associação dos Proprietários e Lavradores de Guimarães e, no mesmo ano, Tesoureiro dos Juros na Santa Casa da Misericórdia.

Na sua casa deu guarida, graciosamente, à Associação Clerical, ao Monte Pio e ao grupo acérrimo e entusiasta dos Franquistas. Mais tarde instalou na sua casa a Associação Comercial, onde permaneceu longos anos.

António Alves Martins Pereira: Nasceu em Santa Eulália de Pentecieiros (Guimarães), em Novembro de 1864, dando entrada no estabelecimento do Mercador do Poço em 2 de Outubro de 1884, com 20 anos de idade. Tendo casado com uma irmã de António José da Costa Braga, de nome Teresa Maria Vieira, 16 anos depois, tendo passado pelos escalões de marçano e caixeiro, tomou de trespasse, ao cunhado, em 1900, o estabelecimento, à frente do qual ainda hoje se encontra, com os seus 79 anos de idade.

*

Da imprensa vimaranense, recortamos as seguintes referências:

A Tesoura de Guimarães (n.º 176, de 8-Junho-1858): «António José Vieira da Costa, negociante, morador na rua de S. Domingos desta cidade n.º 36, tem para dar a juro a quantia de 1.000\$000 reis do orphão Viriato Tillo de Sousa Carvalho, com as seguranças precisas. — António José Vieira da Costa.»

Religião e Pátria (n.º 22, de 24-12-1864): «Antonio José Vieira da Costa da rua de S. Domingos 36, tutor do orphão Viriato, pretende dar a juro com as seguranças precisas 100\$000 pertencentes ao mesmo orphão.»

N-A Tesoura: Em 1856 — 122\$680 rs. metal do órfão Viriatc. Em 1853 — 100\$000 rs.

António José da Costa Braga agradece, em comunicado no *Religião e Pátria* de 26-Abril-1873, os cumprimentos pelo falecimento de seu Tio, incluindo o Fidalgo do Toural — João António Vaz Vieira da Silva Melo Alvim e Nápoles a forma de cavalheirismo com que lhe franqueou a música, de que é protector, para os officios fúnebres.

*

António José da Costa Braga deixou nobremente — da nobreza do trabalho inteligente e da mais austera e castigada probidade — assinalado o seu trânsito na sociedade vimaranense, onde era havido como perfeito modelo de homem de bem; António Alves Martins Pereira, ainda felizmente vivo, soube arcar com a muito pesada responsabilidade que tão honrosa tradição lhe impunha, carácter de rija tempera, absolutamente incapaz, soffresse o que soffresse em seus interesses, de pactuar ou transigir com as mentiras convencionais. De António Alves Martins Pereira é filho, e sobrinho de António José da Costa Braga, o meu prezado amigo Alberto Vieira Braga, a quem, pouco mais adiante, me refiro.

Alberto Braga, um dos mais illustres e prestimosos vimaranenses de hoje, é, sem qualquer dúbida, dos maiores etnógrafos do

nosso país. Sua importantíssima obra — *Curiosidades de Guimarães* — abrange, no momento em que traçamos esta ligeira nota, nove volumes, cuja relação em parte se integra no sentido de uma nota anterior: I — «Mulheres, jôgo, festas e luxo» (1928); II — «Malhas de Salteadores» (1930); III — «Montarias» (1931); IV — «Maninhos» (1935); V — «Teatro Vimaranesense» (1937); VI — «Feiras e Mercados» (1940); VII — «Jornalismo Vimaranesense» (1940); VIII — «Mortórios» (1942); IX — «Cercos e Clamores» (1943). Quási todos êsses estudos foram publicados na «Revista de Guimarães» e em separatas da mesma; e, já esgotados alguns, breve o estarão todos. Impõe-se a sua edição definitiva em volume, conjuntamente com outros trabalhos do autor, nas edições patrocinadas e subsidiadas pelo Estado.

(21) Em Maio de 1939, os jornais vimaranenses publicaram a seguinte notícia comemorativa:

«Aos 29 de Maio de 1839, um modesto caixeiro da antiga casa Baptista do Tournal, oriundo de Vermoim e filho de pais humildes, tomou sôbre os seus ombros a direcção da casa que hoje soleniza o seu centenário, sempre na mesma família, e que já provinha de outras firmas passadas e que pela morte do seu último chefe sem descondência fôra vendida em hasta pública.

Os seus actuais proprietários, querendo dar realce a êste centenário na sua própria família e avivar a memória de seu bisavô Joaquim José de Azevedo Machado, realçam também a longevidade do seu estabelecimento comercial, ainda portador de uma indústria manual e caseira — fabricação de velas de cera — que ainda subsiste como única no concelho de Guimarães, sendo uma das diversas e raras indústrias caseiras vimaranenses ainda existente.

Apesar da simplicidade do seu viver, exerceu naquele tempo o lugar de correspondente dos Bancos de Portugal e Aliança, de casas bancárias brasileiras, além do comércio de exportação para o Brasil de doçaria, encerrada em caixas exteriormente forradas de fio de linha, trabalho hoje extinto, mas muito apreciado em épocas passadas, e, já quási no termo da sua vida, cansado e doente, ainda concorrera para a fundação do extinto Banco Comercial de Guimarães, do qual fôra um dos seus primeiros directores, lugar que ocupou até à morte.

E' justo que nesta piedosa comemoração não esqueçamos a pessoa que o ajudou no seu primeiro ano de negociante a levantar a sua casa e que nesses primeiros meses chegou a fazer parte da sociedade e primeira firma desta casa Fernandes & Azevedo, Custódio José Fernandes Guimarães.

Ainda em vida e já como director do Banco Comercial de Guimarães, e depois de ter estado à frente do seu estabelecimento durante 36 anos, trespassou o mesmo a seu genro Joaquim António da Cunha Guimarães, que vindo da então pequena aldeia de S. Jorge de Selho e filho de pequenos fabricantes de tecidos, desde a tenra idade de 11 anos, labutou na dura e árdua vida comercial dêsse tempo. Foi continuador da sua obra que honradamente legou intacta à família, tendo desempenhado também o lugar de correspondente dos Bancos de Portugal e Credit.

Pela sua morte prematura, depois de 26 anos cheios de traba-

lhos e canseiras, tomou a chefia desta casa a sua viúva, minha mãe, que como Viúva de Joaquim António da Cunha Guimarães, assim prosseguiu durante 4 anos, após os quais seu filho, o signatário destas ligeiras linhas, tomou conta da direcção desta casa, e, embora sem brilho mas com honestidade, após 33 anos de trabalho pôde trespassar êste velho estabelecimento a seus filhos, actuais proprietários, os quais, olhando para o passado, deverão seguir as mesmas pisadas, para assim o poderem legar aos seus descendentes afim de que num futuro ainda longínquo possam igualmente celebrar o então duplo centenário na mesma família.»

(²²) O que vai ler-se não é exactamente o que proferi na modestíssima conferência, por ser inoportuno à já bem castigada resignação do auditório. Ali, mostrando os livros de escrituração comercial, exhibi, em face do índice dos meus apontamentos, alguns dos casos mais interessantes, a que dou, agora, mais amplo e minucioso relêvo

(²³) E' típicamente demonstrativo do crédito e probidade, que gozava, e com lisa justiça, no meio vimaranense, o facto, já assinalado em nota anterior, de a esta casa honrada de honrada família, haver sido confiada a correspondência, a êsse tempo muito importante, do Banco de Portugal.

(²⁴) Em 15 de Dezembro de 1846. lançou-se, neste livro, que a Câmara devia pela arrematação da iluminação da Vila, desde 15 de Dezembro de 1845 àquella data, por 53 lampiões durante 20 noites cada mês, nos 12 meses 633\$520 réis. De outro verifica-se que a casa foi uma das entidades que subscreveu e contribuiu para a fundação do Teatro Vimaranesse, com 5 acções (a 10\$000 réis cada uma).

EDUARDO D'ALMEIDA.